

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.613.068 - SP
(2019/0328720-4)**

RELATOR	: MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE	: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADOS	: CAIO MEDICI MADUREIRA - SP236735 CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR - SP247319
AGRAVADO	: COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA PARDAL LTDA
ADVOGADOS	: CIBELLY NARDÃO MENDES - SP191264 JOAQUIM QUIRINO MENDES - SP303446

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. HOMOLOGAÇÃO DOS CÁLCULOS DO PERITO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. ART. 932 DO NCPC. RECONHECIMENTO. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. ÓBICE DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. ERRO DE CÁLCULO. CORREÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 211 DO STJ. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

DECISÃO

Os autos noticiam que COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA PARDAL LTDA (CORRENTISTA) interpôs agravo de instrumento contra decisão que homologou os cálculos apresentados pelo perito na liquidação da sentença na ação de revisão contratual c/c repetição de indébito proposta em desfavor do BANCO SANTANDER BANESPA S.A. (SANTANDER).

Ao recurso foi dado provimento, em acórdão da relatoria do Desembargador Helio Faria, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Ação revisional de contratos bancários c/c repetição de indébito. Liquidação de sentença. Decisão que homologou os cálculos apresentados pelo perito judicial, fixando o valor de R\$ 1.543.214,46 a ser pago pelo Banco agravado. Insurgência. Alegação de descumprimento da coisa julgada, que determina a devolução de todos os débitos "não comprovados". Inadmissibilidade. Créditos decorrentes dos

Superior Tribunal de Justiça

empréstimos concedidos por meio de contrato que devem corresponder débitos. Valores que não podem ser considerados "não comprovados", nem podem ser devolvidos à parte autora sob pena de enriquecimento indevido. Pedido não provido. Correção monetária. Acórdão proferido em sede de apelação que reforma a sentença para fixar como data inicial a do efetivo lançamento. Necessidade de apresentação de novos cálculos periciais no que se refere à correção monetária, nos termos do quanto determinado no acórdão proferido. Decisão reformada. Recurso parcialmente provido (e-STJ, fl. 1.181).

Opostos embargos de declaração por ambas as partes, os do CORRENTISTA foram rejeitados e acolhidos, sem efeitos infringentes, os do SANTANDER.

Contra esse julgado o SANTANDER manejou recurso especial fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, alegando (1) dissídio jurisprudencial e violação do art. 932 do NCPC, por não ter o agravo de instrumento interposto pelo CORRENTISTA se insurgido contra os fundamentos da decisão que homologou os cálculos do perito; e (2) ofensa ao art. 494, I, do NCPC uma vez que *erros de cálculos não precluem, e são matéria de ordem pública, podendo ser arguidos e acolhidos a qualquer tempo* (e-STJ, fl. 1210).

Foram apresentadas contrarrazões.

O juízo prévio de admissibilidade negou seguimento ao apelo nobre por não se ter demonstrada as apontadas contrariedades, ante o óbice da Súmula nº 7 do STJ e pela falta de similitude fática entre os acórdãos paragonados.

Irresignado, o SANTANDER apresentou o correspondente agravo, pelo qual alega a nulidade da decisão agravada por ausência de fundamentação e usurpação de competência do Superior Tribunal de Justiça, asseverando, ainda, que demonstrou a contrariedade aos dispositivos legais suscitados e a inaplicabilidade do referido enunciado.

Contraminutado, os autos subiram para esta Corte Superior.

O recurso não foi conhecido pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, por ausência de impugnação a todos os fundamentos da decisão agravada.

Daí a apresentação deste agravo interno pelo SANTANDER, em que defende ter rebatido o entendimento da decisão de inadmissão do recurso especial e a inaplicabilidade da multa prevista no art. 1.021, §4º do NCPC.

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPD, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Do cotejo entre os fundamentos da decisão proferida pelo juízo prévio de admissibilidade e os argumentos do agravo em recurso especial, verifico que houve a impugnação específica dos seus esteios.

Dessa forma, reconsidero a decisão ora agravada, de e-STJ, fls. 1336/1337.

Passo a nova análise do agravo em recurso especial interposto pelo SANTANDER.

A pretensão recursal está no reconhecimento (1) que o agravo de instrumento interposto não se reportou aos fundamentos da decisão que homologou os cálculos do perito; e (2) a possibilidade de correção do erro de cálculo.

O recurso não merece prosperar, devendo ser mantido o acórdão da relatoria do Desembargador HELIO FARIA.

(1) Não conhecimento do agravo de instrumento.

Sobre a questão, o Tribunal bandeirante consignou que o recurso interposto pelo CORRENTISTA se voltou contra a decisão que homologou os cálculos do perito, apontando que os critérios adotados não corresponderiam àqueles definidos na sentença transitada em julgado.

Veja-se:

Ao contrário do que alega o embargante, entendo que em suas razões recursais a autora atacou claramente os argumentos da decisão agravada, sobretudo seu fundamento, qual seja, o laudo pericial homologado, mostrando seu inconformismo e formulando com clareza sua pretensão e argumentos.

Embora na decisão recorrida o magistrado de origem tenha homologado os cálculos do perito, insurgiu-se a agravante contra a forma como foram realizados os cálculos da correção monetária, fundamentando seu inconformismo com base no título judicial transitado em julgado (e-STJ, fls. 1265/1266).

Dessa forma, desconstituir a conclusão do acórdão recorrido exigiria o

reexame do conjunto fático-probatório dos autos, inviável na via eleita ante o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

(2) Erro de cálculo.

Verifica-se que a tese referente à correção do erro de cálculo (art. 494, I, do NCPC) não foi objeto de debate no v. acórdão recorrido, mesmo após a interposição de embargos declaratórios, carecendo, portanto, do necessário prequestionamento viabilizador do recurso especial, requisito indispensável ao acesso às instâncias excepcionais.

Aplicável, assim, a Súmula nº 211 do STJ, in verbis: Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*.

Nessas condições, DOU PROVIMENTO ao agravo interno, a fim de reconsiderar a decisão de e-STJ, fls. 1336/1337 e, em nova análise do agravo em recurso especial interposto pelo SANTANDER, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator